

escola **i**nformação

N.º 314 | MARÇO/ABRIL 2026 | MENSAL | 0,50€

SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA



Professores
e Educadores

sábado
16



Maião
Mani
fest
çã
ção **NACIONAL**

Exigimos

Valorização, Já!

15h

Cais do Sodré >>> Restauradores

CADERNO: É TEMPO DE AGIR PELA PROFISSÃO E A ESCOLA PÚBLICA
TODOS À MANIFESTAÇÃO NACIONAL (16/05/2026)

Pág. 4

16 DE MAIO, OCUPAR A RUA,
DAR FORÇA AO PROTESTO!

Pág. 17



Arquivo SPGL



ficha técnica

Diretor José Feliciano Costa | **Chefe de Redação** Manuel Guerra
Conselho de Redação Anabela Tavares, Dulce Arrojado, Paula Rodrigues, Jorge Humberto, Pedro Nunes, André Levy, António Avelãs, Sara Covas
Composição Fátima Caria **Jornalistas** Lúcia Calapez, Sofia Vilarigues
Paginação e Grafismo Dora Petinha **Capa:** D.I.P.
Fotografia Joana Rodrigues e Pedro Pereira **Revisão** Lúcia Calapez
Impressão Multiponto, S.A. **Edição e Propriedade** Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, Rua Fialho de Almeida, 3, 1070-128 Lisboa **NIPC** 501057528 **Periodicidade** Mensal **Tiragem** 15.500
Depósito legal 9157/85 **ICS** 109893

sumário

4

caderno

- É tempo de agir pela profissão e a Escola Pública - Todos à Manifestação Nacional (16/05/2026) | **p. 4**
- Revisão ECD - É tempo de agir: pela dignidade da profissão docente | **p. 5**
 - Revisão ECD - O que escondem as medidas? | **p. 7**
 - Caravana Nacional - "Somos Professores, damos rosto ao futuro! Exigimos Valorização, Já!" | **p. 8**
 - Cordão humano para entrega de postais ao primeiro-ministro | **p. 10**
 - Revisão ECD - Cronologia mais recente | **p. 11**
- Revisão ECD - MECI pretende extinguir os quadros de pessoal docente! | **p. 12**
- Concursos - Redução de vagas em tempo de falta de professores | **p. 13**
- Currículo - Reorganização curricular sem efetiva participação dos professores é mais um ataque à Escola Pública | **p. 14**
- Escola Pública - Desmantelamento do MECI e a designada "Reforma do Estado" | **p. 15**
- Ocupar a rua, dar força ao protesto! | **p. 17**

18

escola em movimento

- Questões da Monodocência | **p. 18**
- Escola Inclusiva - Respeitar e não discriminar por razões de Orientação ou Identidade | **p. 19**
 - Escola Artística António Arroio em luta! | **p. 22**
- Criação do Grupo de Recrutamento de Teatro e Expressão Dramática | **p. 23**
 - Após denúncia da FENPROF, MECI avança com abertura de vagas no EAE da Música e da Dança | **p. 23**
 - Greve e grande concentração de trabalhadores junto à sede da CNIS, no Porto | **p. 23**
 - Ataque aos direitos de docentes e investigadores exige uma resposta coordenada | **p. 24**
 - "Ver, escutar, experimentar" | **p. 25**
- Crianças de todas as nacionalidades, todas misturadas | **p. 26**

28

cidadania

- A voz a quem entra | **p. 28**
- Há sempre um caminho | **p. 29**
 - Desporto Escolar: que futuro está a ser preparado? | **p. 29**
 - A Constituição da República Portuguesa e os direitos das mulheres | **p. 30**
 - "A Igualdade que Abril abriu" | **p. 30**
- SPGL participou na sessão comemorativa dos 50 anos da Constituição | **p. 31**
 - "O Pacote é p'ra cair! + salário + direitos" | **p. 31**
 - Dia Mundial da Saúde: "Defender e Reforçar o SNS" | **p. 32**
 - SPGL e FENPROF no protesto da Frente Comum | **p. 32**
 - Manifestação Nacional Contra o Pacote Laboral | **p. 32**
 - O SPGL saúda o 1.º de Maio e todos os trabalhadores | **p. 33**
 - Legislação | Perguntas com resposta | **p. 34**
 - Consultório jurídico | **p. 35**

36

breves

- Vários | **p. 36**
- Espaço ABC | **p. 38**
- Sugestões | **p. 39**



Constituição da República Portuguesa: Compromisso Permanente com a Democracia e o Estado Social

No passado dia 2 de abril assinalaram-se os 52 anos da Constituição da República Portuguesa (CRP), um texto que foi “amputado” pelas várias revisões que, desde 1976 e ao longo de décadas, sofreu, muitas das quais, por vezes, reduziram o seu carácter original mais interventivo ou até alteraram normas fundamentais.

No entanto, vai resistindo, mostrando a sua natureza resiliente e, simultaneamente, conseguindo manter o seu núcleo essencial de direitos, liberdades e garantias, mantendo a sua força normativa.

Este é o texto que consagra três pilares como funções centrais do Estado, procurando garantir a justiça social e a proteção dos trabalhadores e de todos os cidadãos:

Na **Educação e Cultura** (artigos 73.º a 77.º), consagra-se o **direito à educação e à cultura**, bem como a obrigatoriedade de estabelecer um sistema de ensino universal, obrigatório e gratuito, visando a igualdade de oportunidades e a superação das desigualdades económicas e sociais. Inclui ainda a educação pré-escolar como parte integrante da educação básica, bem como o princípio da liberdade de aprender e ensinar. Na **Saúde** (artigos 64.º e 65.º), consagra-se o direito de todos à proteção da saúde, configurado como uma responsabilidade conjunta das pessoas, da sociedade e do Estado. Prevê-se a existência de um Serviço Nacional de Saúde

tendencialmente gratuito e universal, garantindo o acesso a cuidados de saúde. Afirmam-se ainda que o acesso à saúde não pode ser negado por razões económicas, garantindo cuidados continuados e paliativos.

No que respeita ao Direito à **Proteção Social** (artigo 63.º), consagra-se que todos os cidadãos têm direito à segurança social contra a doença, velhice, invalidez, viuvez, desemprego e outras situações de falta ou diminuição de meios de subsistência. A organização do sistema de segurança social incumbe ao Estado, sendo financiada por contribuições dos trabalhadores, das empresas e do Estado, garantindo a sua sustentabilidade. Prevê ainda uma proteção especial às pessoas com deficiência, aos idosos e às famílias, incluindo o direito a subsídios de educação especial e apoio familiar.

Num tempo em que ganha força uma fúria avassaladora de alterar a CRP, eliminando de vez estes pilares fundamentais e muitos dos seus direitos e garantias, é tempo de fazermos tudo o que sempre fizemos para a continuar a defender.

Defender a Constituição é defender o futuro coletivo que construímos desde Abril. É afirmar, sem hesitação, que os direitos, as liberdades e as garantias não são concessões passageiras, mas conquistas históricas que não podem ser desvalorizadas nem desmanteladas. Cabe-nos, a todos, manter viva essa herança democrática, com coragem, consciência e determinação.

Viva a Constituição! Viva Abril! ●



É tempo de agir pela profissão e a Escola Pública Todos à Manifestação Nacional (16/05/2026)

O processo de revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD), atualmente em curso, não pode ser encarado como uma mera atualização técnica ou administrativa. O que está em causa é muito mais profundo: trata-se da definição do futuro da profissão docente e da Escola Pública.

A participação ativa nas iniciativas em curso é, por isso, fundamental. A manifestação convocada pela CGTP-IN, a Semana Nacional de Reflexão e Luta, entre 24 e 30 de abril, com reuniões e plenários em todo o país, as comemorações populares do 25 de Abril e a manifestação do 1.º de Maio, o Dia do Trabalhador, assim como a Manifestação Nacional de Educadores e Professores, agendada para 16 de maio, constituem momentos decisivos de afirmação coletiva.

A força dos professores, educadores e investigadores reside na sua organização e na sua capacidade de intervenção conjunta. O apelo é simples e direto: participa, envolve-te, mobiliza-te! ●



Cordão Humano (Lisboa, 20/03/2026)

Revisão ECD

É tempo de agir: pela dignidade da profissão docente



José Feliciano Costa | Presidente SPGL

Num tempo que exige de todos nós uma profunda preocupação com as guerras que assolam o mundo, com o crescendo do belicismo e do militarismo, com o desrespeito pela soberania dos povos e pelo direito internacional; Num tempo em que, em Portugal, assistimos também a tentativas de alteração alargada da legisla-

ção laboral, num quadro marcado pelo aumento do custo de vida, pela instabilidade e pela crescente pressão sobre os rendimentos do trabalho (importa sublinhar que estas alterações, ao promoverem a precariedade, a desregulação dos horários e o enfraquecimento de direitos fundamentais, afetam diretamente, não apenas os trabalhadores em

geral, mas também os docentes, enquanto parte integrante da Administração Pública e do sistema educativo);

O processo de revisão do ECD, atualmente em curso, não pode ser encarado como uma mera atualização técnica ou administrativa. O que está em causa é muito mais profundo: trata-se da definição do futuro da profissão docente e da Escola Pública.

Num contexto em que se agrava a falta de professores em todo o país, e as opções políticas deveriam estar centradas na valorização da profissão, na melhoria das condições de trabalho e na criação de mecanismos eficazes de atração e retenção de docentes (contudo, o caminho que tem vindo a ser seguido aponta em sentido contrário, contribuindo para a desmotivação, o desgaste profissional e o abandono da carreira);

O processo de revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD), atualmente em curso, não pode ser encarado como uma mera atualização técnica ou administrativa. O que está em causa é muito mais profundo: trata-se da definição do futuro da profissão docente, da sua dignidade, do seu reconhecimento social e das condições em que se desenvolve a Escola Pública.

As orientações até agora conhecidas, associadas ao Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI), revelam uma opção política preocupante. Em vez de reforçar a valorização da carreira, apontam para uma crescente desprofissionalização da docência, reduzindo o professor a um executor de tarefas, subordinado a lógicas de gestão e desempenho alheias à natureza complexa do trabalho educativo. Esta visão ignora a dimensão científica, pedagógica e ética da profissão docente e compromete a sua autonomia.

A forma como o processo negocial tem sido conduzido, desconsiderando de forma reiterada as propostas apresentadas pela FENPROF, levanta sérias dúvidas quanto ao respeito pelo princípio da negociação coletiva. Um processo desta natureza não pode ser reduzido a um exercício formal de auscultação sem consequências práticas. A negociação implica reconhecimento, diálogo efetivo e incorporação das propostas das estruturas representativas dos trabalhadores.

Importa recordar que os direitos hoje consagrados resultam de um longo processo histórico de conquista coletiva. A Revolução de 25 de Abril de 1974 e a posterior aprovação da Constituição da República Portuguesa de 1976 representaram uma rutura decisiva com a opressão e a desigualdade, consagrando direitos fundamentais como a liberdade sindical, a negociação coletiva, o direito à greve, o Serviço Nacional de Saúde, a Segurança Social e a Escola Pública. Estes princípios continuam a constituir o alicerce do regime democrático e não podem ser esvaziados nem fragilizados.

É neste quadro que se torna essencial reafirmar o papel dos professores como protagonistas centrais do sistema educativo e defensores da qualidade da Escola Pública.

Perante esta realidade, o Conselho Nacional da FENPROF, reunido em março passado, decidiu, face às evidências, que a intensificação da luta dos docentes é não apenas necessária, mas inevitável.

A dispersão e a resignação apenas favorecem o enfraquecimento da profissão e a deterioração das condições de trabalho. Pelo contrário, a unidade e a participação ativa são fatores determinantes

A participação ativa nas iniciativas em curso é, por isso, fundamental. A manifestação convocada pela CGTP-IN, as ações de reflexão e luta previstas ao longo do mês de abril, bem como a participação na Semana Nacional de Reflexão e Luta, entre 24 e 30 de abril, com reuniões e plenários em todo o país, assim como a Manifestação Nacional de Educadores e Professores, agendada para 16 de maio, constituem momentos decisivos de afirmação coletiva, bem como a participação nas comemorações populares do 25 de Abril e na manifestação do 1.º de Maio, o Dia do Trabalhador.

A força dos professores reside na sua organização e na sua capacidade de intervenção conjunta. A dispersão e a resignação apenas favorecem o enfraquecimento da profissão e a deterioração das condições de trabalho. Pelo contrário, a unidade e a participação ativa são fatores determinantes para influenciar as decisões políticas e defender os direitos conquistados.

Por isso, o apelo é simples e direto: participa, envolve-te, mobiliza-te. A defesa da profissão docente é uma responsabilidade coletiva e um compromisso com o futuro da Escola Pública e da democracia. ●



Cordão Humano (Lisboa, 20/03/2026)

Revisão ECD

O que escondem as medidas?



António Anes | Vice-Presidente SPGL

A revisão do ECD ainda vai no adro, mas começa a ser clara a intenção do MECI que se esconde nas medidas até agora apresentadas: destruir a atual carreira docente.

Impondo um protocolo negocial, que mais não visou que adiar uma verdadeira valorização da carreira, o MECI inicia a revisão com o 1.º Tema - *Perfil Geral do Docente, Direitos, Deveres e Garantias*. Afirmado que deseja maior clareza normativa e uma visão mais atual e integrada da função docente, **pretende a descaracterização da profissão docente e o fim da carreira de corpo especial** (docentes) aplicando a LTFP, SIADAP, ReCAP e outros quadros legais, por eliminação ou omissão de normas do atual ECD.

No 2.º tema - *Habilitações para a docência, recrutamento e admissão*, a pretensão do MECI, dizendo clarificar a exigência científica e pedagógica no acesso à profissão, mais não faz do que suprimir os conceitos consolidados de habilitação profissional e própria; ao falar em concursos visa impor procedimentos concursais sujeitos às regras gerais da Administração Pública, **substituindo os atuais. Quadros por Mapas de Pessoal preenchidos por contrato de trabalho e não por nomeação, eliminando a graduação profissional como critério único**, em todos os concursos, e alterando as regras

para ingresso na profissão e na carreira, confundindo período experimental com período probatório... Importa registar que, mais uma vez, o MECI decide unilateralmente encerrar a discussão do 2.º tema, num quadro em que a FENPROF tinha solicitado expressamente a convocação de nova reunião, impondo prosseguir o processo com a discussão da legislação subsidiária relativa ao referido tema.

Sobre esta matéria, na reunião de 25 de março, o MECI apresentou um documento propagandístico baseado num modelo As-Is/To-Be, utilizado vulgarmente pelas empresas, para a análise do Decreto-Lei 32-A/2023! Recorrendo a formulações vagas a intenção é clara: denegrir o atual regime de concursos para impor a sua visão. O As-Is ajuda os autores do processo de revisão (MECI) a identificarem o que está desalinhado com a sua estratégia. Apresenta indecifráveis limitações do modelo vigente impedindo perceber em que consiste o modelo To-Be, que suscita mais interrogações do que melhorias. A FENPROF é clara: só teremos um ECD valorizado se o mesmo melhorar o inscrito no que hoje vigora.

O caminho até agora trilhado pelo MECI vai em sentido contrário. Cabe aos professores impedi-lo e obrigá-lo a outro rumo. ●



Caravana Nacional

Somos Professores, damos rosto ao futuro! Exigimos Valorização, Já!

Entre os dias 19 de fevereiro e 4 de março, a Caravana Nacional "Somos professores, damos rosto ao futuro. Exigimos Valorização, já!" percorreu o país, com diferentes iniciativas de mobilização dos docentes e esclarecimento da sociedade. Esta campanha da FENPROF teve como objetivos: dar visibilidade à gravíssima falta de professores, ao envelhecimento da profissão docente e a outros problemas que afetam a profissão, a Escola Pública, a educação e o ensino, distrito a distrito;

apelar à sociedade portuguesa para que se junte à exigência de políticas que garantam professores qualificados para todos os alunos, todos os dias e em todas as aulas; chamar a atenção para as recomendações e soluções defendidas por ONU, UNESCO e Internacional da Educação face ao problema atual da insuficiência de docentes qualificados para responder aos desafios educativos e das sociedades. ●



26 de fevereiro

SETÚBAL



No distrito de Setúbal, a Caravana Nacional teve início na Escola Secundária João de Barros, no Seixal e Escola Básica e Secundária Ordem Santiago, em Setúbal, marcadas pela crescente falta de professores. O setor particular e cooperativo também se uniu em protesto na Escola Profissional de Setúbal e na Academia de Música e Belas Artes Luísa Todi.

De Setúbal e do Seixal, autocarros transportaram os docentes para um Plenário Distrital no Barreiro. Cerca de mil professores desfilaram, depois, da Escola Secundária Santo André até ao Parque da Cidade. O evento contou com diversas intervenções, das quais a do secretário-geral da FENPROF, José Feliciano Costa, para além da criação de um painel coletivo e recolha de postais a entregar ao primeiro-ministro. ●

Mário Roque e João Pereira | Coordenadores da D.R. Setúbal

Reportagem
Fotográfica



2 de março

OESTE



A última semana da Caravana Nacional iniciou-se nos distritos de Aveiro e Leiria. Em Leiria, por força da destruição e outras consequências ainda muito marcadas pelas recentes intempéries, as atividades decorreram na cidade das Caldas da Rainha. O programa iniciou-se com uma concentração junto às Escolas 2,3 e Sec. Rafael Bordalo Pinheiro e D. João II, seguida de desfile até à Praça da República. Seguiu-se um plenário de professores na Escola Sec. Raul Proença, seguido de visita de dirigentes sindicais às escolas circundantes (EB/JI do Bairro dos Arneiros; EB/JI n.º1 de Stº Onofre e EB do Bairro da Ponte). A concentração/plenário de encerramento teve lugar na praça 25 de Abril e contou com a intervenção do Secretário-Geral da FENPROF, José Feliciano Costa. ●

Cremilde Canoa e José Machado | Coordenadores da D.R. Oeste

Reportagem
Fotográfica



3 de março

SANTARÉM



No dia 3 de março, a Caravana Nacional passou pelos distritos de Coimbra e Santarém, mas também pelas ilhas de São Jorge e de Santa Maria, na Região Autónoma dos Açores. No penúltimo dia desta campanha, o Secretário-geral José Feliciano Costa esteve em Santarém e acompanhou a Caravana pelas escolas de Rio Maior, designadamente o Centro Escolar n.º 2 da Mina do Espadanal, a Escola Profissional de Rio Maior, o Agrupamento de Escolas Marinhas do Sal e o Agrupamento de Escolas Fernando Casimiro Pereira da Silva. O plenário final teve lugar no Largo da Escola Secundária de Rio Maior. ●

Céu Silva e Mário Santos | Coordenadores da D.R. Santarém

Reportagem
Fotográfica



9 de março

LISBOA



A Caravana Nacional terminou no distrito de Lisboa, no dia 4 de março, passando por diversas escolas de Sintra, Amadora e Lisboa, denunciando a grave falta de professores e o recurso excessivo a horas extraordinárias. Em cada escola, docentes e comunidade educativa deram voz aos problemas mais sentidos, construíram um “estendal em defesa da Escola Pública” e recolheram postais.

A caravana, composta por vários veículos, deu visibilidade pública à luta e integrou também escolas do setor social, evidenciando as condições de trabalho destes docentes. O dia terminou com uma concentração no Largo de Camões, com os secretários-gerais da FENPROF, Francisco Gonçalves e José Feliciano Costa, e o secretário-geral da CGTP-IN, Tiago Oliveira. ●

Catarina Teixeira e Carlos Leal | Coordenadores da D.R. Lisboa

Reportagem
Fotográfica





Cordão Humano (Lisboa, 20/03/2026)

Cordão humano para entrega de postais ao primeiro-ministro



Joaquim Carvalho | Dirigente SPGL

No âmbito da Caravana Nacional

“Somos Professores! Damos rosto ao futuro! Exigimos valorização, já!”, uma iniciativa que percorreu o país mobilizando docentes, alunos, famílias e restantes membros da comunidade educativa, foi possível a recolha de mais de 15 mil assinaturas, tudo isto em apenas dez dias!

No centro desta ação de professores, está uma reivindicação clara: a valorização efetiva da carreira docente, condição indispensável para travar o agravamento da falta de professores que alastra pelo país todo. Este problema, longe de ser conjuntural, é antes o culminar de anos de desinvestimento, precariedade e desvalorização profissional, que repele os mais novos e castiga os mais velhos.

A entrega simbólica desta petição ao primeiro-ministro, no passado dia 20 de março, foi acompanhada por um cordão humano, que reuniu centenas de professores e educadores. Mais do que um gesto simbólico, tratou-se de uma demonstração de unidade e determinação de quem diariamente continua a acreditar que vale a pena lutar pela defesa da escola pública.

Na Basílica da Estrela sublinharam-se, uma vez mais, as razões desta mobilização. Entre elas, destacam-se a necessidade de garantir condições dignas de trabalho, a recuperação integral do tempo de serviço e a criação de mecanismos que tornem a profissão atrativa para as novas gerações. Talvez assim, o sr. Ministro possa compreender que não são só os 10 mil professores no Norte que não querem vir dar aulas para o Sul. Muito em breve, e se nada for feito, não haverá ponto cardeal que satisfaça os requisitos mínimos para prática docente dignificante, tanto para quem a dá, como para quem a recebe. A escola pública merece outro tipo de reconhecimento e não aguentará por muito tempo esta brutal carga de desgaste infligida aos seus profissionais. Valorizar os professores é investir no nosso futuro coletivo, é no garante do direito à educação de qualidade para todos que se constroem sociedades avançadas e mais justas. E é precisamente nos tempos mais abstrusos, como este que testemunhamos, que mais coragem e determinação se exigiria a quem tem responsabilidades para reconhecer, valorizar e dignificar a profissão docente. ●

Cronologia mais recente

25 de março

No dia 25 de março, num protesto formal pelo modo como o processo de revisão do ECD está a ser conduzido, designadamente pelos atrasos, falta de esclarecimentos e desconsideração pelas propostas construídas e apresentadas pela FENPROF, algumas dezenas de quadros sindicais concentraram-se à porta do MECI, a quem os dois secretários-gerais, antes do início da referida “reunião de trabalho”, manifestaram as suas principais preocupações, que viriam a ser confirmadas, à saída, aos órgãos de comunicação social. Declarações de José Feliciano Costa, Secretário-Geral da FENPROF:



▶ Vídeo

Foi através de mais um powerpoint que o MECI apresentou às organizações sindicais a sua “prova de conceito” para a revisão da legislação subsidiária do tema 2 do processo de revisão do Estatuto da Carreira Docente, ou seja, as suas intenções para a revisão da legislação dos concursos e contratação de professores. Francisco Gonçalves, secretário-geral da FENPROF, afirmou que subsistem muitas dúvidas quanto à forma de implementação dessas novas medidas, que o próprio MECI ainda não conseguiu esclarecer. O que parece estar claro nas intenções do governo é a substituição dos quadros de pessoal docente das escolas por mapas de pessoal, situação que a FENPROF não irá aceitar.



▶ Vídeo

uma apresentação em Powerpoint, onde constava a proposta de articulado para o novo ECD e que disse ir remeter posteriormente aos sindicatos, limitando-se a marcar mais duas reuniões para as próximas duas segundas-feiras.

24 a 30 de abril

A FENPROF não aceita um ECD minado por imposições que o descaracterizem e destruam. Nesse sentido, desde o início deste processo, a FENPROF tem desenvolvido um amplo trabalho de informação, debate e mobilização dos docentes: realizaram-se centenas de reuniões e plenários sindicais em todo o país, bem como plenários nacionais on-line após cada reunião negocial com o MECI.

A Semana Nacional de Reflexão e Luta, que decorrer entre os dias 24 e 30 de abril, e com reuniões e plenários sindicais em todo o país, é mais um desses momentos. No decurso desta semana os docentes serão auscultados sobre formas de luta a desenvolver, serão aprovadas tomadas de posição e será distribuído um questionário, a preencher online ou em papel. ●

27 de março

Depois da reunião negocial e concentração promovida à porta do MECI, no dia 25 de março, a FENPROF entregou, no passado dia 27 de março, no Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) as moções aprovadas nos plenários realizados no âmbito da Caravana Nacional “Somos Professores. Damos rosto ao futuro! Exigimos valorização, já!” e a resolução aprovada pelo Conselho Nacional da Federação, que traduz, além de uma exigência, um protesto formal pelo modo como o processo de revisão do ECD está a ser conduzido, designadamente pelos atrasos, falta de esclarecimentos e desconsideração pelas propostas construídas e apresentadas pela FENPROF

No exterior das instalações do MECI, estiveram concentrados algumas dezenas de docentes para exigir uma revisão do ECD que garanta a introdução de medidas efetivas de valorização da profissão e da carreira docente. Entre eles, alguns professores de Teatro e Expressão Dramática.

27 de abril

No final de mais uma reunião no âmbito do processo de revisão do ECD dedicada ao Tema 2 do protocolo negocial e, em particular, ao modelo de recrutamento e colocação de docentes, o secretário-geral da FENPROF Francisco Gonçalves lamentou que o governo continue a “empatar” o processo negocial. O MECI continua a não apresentar antecipadamente as propostas em discussão, a não esclarecer as dúvidas colocadas pelos sindicatos e, conseqüentemente, a não dar resposta ao problema “gritante” da falta de professores em Portugal. Esta reunião não foi exceção: o MECI projetou mais

questionário

REFLEXÃO E LUTA!

On-line ou em Papel

Consulta aos Professores e Educadores sobre

✓ processo negocial

✓ ação e luta

<https://dados.fenprof.pt/2426>

20 de abril

A FENPROF participou na reunião negocial convocada pelo governo, no âmbito do processo de revisão do ECD, dedicada ao Tema 2 do protocolo negocial e, em particular, ao modelo de recrutamento e colocação de docentes.



Manifestação Contra o Pacote Laboral (Lisboa, 17 de abril de 2026)

Revisão ECD

MECI pretende extinguir os quadros de pessoal docente!

Os mapas de pessoal das escolas são mesmo uma intenção que o Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI) pretende tornar realidade. A ser assim, serão extintos os quadros de pessoal docente.

Nas reuniões que o MECI tem realizado, em todo o país, com Diretores, ficaram dissipadas as dúvidas relativamente à introdução dos mapas de pessoal de escola e o desaparecimento dos quadros de pessoal docente. Na apresentação feita pela AGSE, num slide identificado como “02 – Pilares da Transformação”, no âmbito do redesenhar, otimizar e documentar processos, é o mapa de pessoal da escola, e não o quadro de pessoal docente, a variável considerada.

A este propósito, importa lembrar que os mapas de pessoal decorrem do previsto na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), concretamente nos seus art.ºs 29.º e 30.º. Trata-se de um instrumento de gestão, existente nos serviços desconcentrados, à razão de um por cada unidade orgânica, com a duração de um ano e mediante a proposta de orçamento, onde o recrutamento é ga-

rantido por procedimento concursal da responsabilidade da respetiva unidade orgânica e a cessação do posto de trabalho pode ocorrer por reorganização do serviço.

Por sua vez, os quadros de pessoal docente decorrem do Estatuto da Carreira Docente em vigor no art.º 25.º e seguintes. Podem assumir a forma de quadro de agrupamento, quadro de escola não agrupada ou quadro de zona pedagógica para preencher as necessidades permanentes e são ocupados através de um concurso, não havendo lugar à cessação do posto de trabalho, pois quando é determinado o encerramento de um lugar de quadro, este só extingue quando vagar.

No processo de revisão do ECD em curso, as propostas apresentadas pelo MECI, relativas ao tema 2, “Habilitação para a docência: recrutamento e admissão”, são omissas relativamente a esta matéria, ou seja, ficam à mercê do que a legislação geral (LTFP) definir. A FENPROF não deixará de confrontar o MECI sobre esta situação.

Valorizar o ECD em vigor é necessário e urgente, não torná-lo ainda pior! ●

Redução de vagas em tempo de falta de professores



João Pereira | Dirigente SPGL

A crescente falta de professores

em Portugal, reiteradamente denunciada pela FENPROF, refletida num aumento expressivo de horários em contratação de escola em praticamente todo o território nacional, aponta para uma incapacidade do MECI em responder às necessidades das escolas.

Apesar deste cenário, a análise da Portaria n.º 136-B/2026/1, de 31 de março, revela uma resposta insuficiente ao problema. Foram abertas 4.624 vagas para quadros de agrupamento/escola (QA/QE), um valor significativamente inferior às 5.433 vagas disponibilizadas em 2025, correspondendo a uma diminuição na ordem dos 25%. Paralelamente, registam-se 2.594 vagas negativas — ainda que inferiores às 4.729 do ano anterior — o que significa que muitas saídas de docentes não originarão novas vagas, conduzindo à sua extinção. O saldo entre vagas positivas e negativas fixa-se, assim, em apenas 2.032 lugares, número manifestamente reduzido face às necessidades reais.

No que respeita aos quadros de zona pedagógica (QZP), foram abertas 3.839 vagas, um valor claramente inferior às 5.623 registadas no concurso de 2025, evidenciando uma redução significativa. Ainda assim, uma parte considerável destas vagas

(3533) resulta da obrigatoriedade da aplicação da norma-travão e da vinculação dinâmica, previstas no Decreto-Lei n.º 32-A/2023. Além disso, verifica-se uma concentração desigual: o QZP 9 reúne 687 vagas, enquanto o QZP 45 conta apenas com 316 vagas, número claramente insuficiente quando comparado com os cerca de 7.000 horários já solicitados em contratação de escola desde o início do ano letivo.

A situação torna-se ainda mais preocupante ao analisar grupos de recrutamento específicos. O GR 110 (1.º ciclo), um dos mais afetados pela falta de professores, apresenta 671 vagas negativas em QA/QE, das quais 155 no QZP 45, evidenciando um desfasamento entre a oferta de vagas e as necessidades efetivas. Em contraste, o grupo 300 (Português) surge com o maior número de vagas positivas (568), revelando assimetrias na distribuição.

Este conjunto de dados evidencia uma contradição estrutural: enquanto aumenta a necessidade de professores, diminui a capacidade de os integrar de forma estável no sistema. A limitação de vagas e a existência de vagas negativas perpetuam a precariedade e dificultam a fixação de docentes, comprometendo não só o presente, mas também o futuro da educação em Portugal. ●

Recuperação do tempo de serviço continua marcada por incoerências

A reunião da Comissão de Acompanhamento da aplicação do Decreto-Lei n.º 48-B/2024, realizada a 24 de março, voltou a evidenciar avanços administrativos, mas também limitações e desigualdades que continuam a marcar o processo de recuperação do tempo de serviço dos docentes, já de si incompleto por não abranger os casos dos aposentados e aposentáveis, que não recuperam parte ou todo o tempo de serviço congelado que prestaram, com consequências gravosas no cálculo da reforma. ●

Artigo completo



Currículo

Reorganização curricular sem efetiva participação dos professores é mais um ataque à Escola Pública



Jorge Gonçalves | Vice-Presidente SPGL

O Ministério colocou em discussão pública a revisão das aprendizagens essenciais, mas ao mesmo tempo já tinha avançado com anúncios de intenções sobre matérias de reorganização curricular. A vontade de em cada ciclo político e alternância, associar uma revisão do currículo, sem uma verdadeira avaliação da implementação em curso, significa que responde apenas aos objetivos ideológicos do momento.

Num processo que não envolveu os docentes na avaliação das atuais aprendizagens essenciais, vão aparecer novos documentos curriculares. Mas em que sentido e com que objetivos? Foram anunciados projetos piloto sem discussão alargada e participada, sem terem uma base de matriz curricular, com a respetiva carga horária de cada disciplina. Faz sentido uma revisão das aprendizagens essenciais e só depois ir mexer na matriz curricular?

No meio do processo de revisão do ECD o Governo junta ainda uma reorganização curricular, sobre a forma de fusão de ciclos. Esta intenção de reorganização surge novamente e neste momento, sem estarem claros os seus objetivos. Também aqui se coloca a questão se a discussão é eminentemente pedagógica e curricular, ou condicionada à partida, desde logo por critérios economicistas e pela falta de professores.

O Governo diz que quer “reestruturar os ciclos do ensino básico, integrando os 1.º e 2.º ciclos” mas



avança também com a revisão da Lei de Bases do Sistema Educativo, falando numa “complementaridade entre público e privado”, percebendo-se os riscos significativos face à agenda neoliberal do Governo e às suas consequências para a Escola Pública. O SPGL e a FENPROF reafirmaram que o futuro da Escola e da Profissão Docente não pode ser decidido à margem de quem nela trabalha todos os dias. ●



Escola Pública

Desmantelamento do MECI e a designada “Reforma do Estado”



Cátia Domingues | Vice-Presidente SPGL

O **desmantelamento** do Ministério da Educação, Ciência e Inovação, enquadrado na chamada “Reforma do Estado”, suscita fundadas preocupações quanto ao futuro da escola pública e das funções sociais do Estado. Como tem vindo a ser alertado pelo SPGL e pela FENPROF, esta reconfiguração não representa uma mera reorganização administrativa, mas antes um processo de desresponsabilização do Estado em áreas estruturantes.

A fragmentação de competências e a possível externalização de funções educativas configuram um risco sério de desarticulação das políticas públicas, com impacto direto na qualidade da educação, nas condições de trabalho dos docentes e na equidade do sistema. A educação não pode ser tratada como um setor suscetível de lógica mercantil ou de gestão avulsa; exige coerência, investimento e uma visão estratégica integrada.

A designada “Reforma do Estado” tem sido apresentada sob o argumento da eficiência com o ministro a aproveitar todas as oportunidades para criticar o sistema anterior, mas, na prática, poderá traduzir-se na redução da capacidade de resposta pública, na precarização de vínculos e na diluição de responsabilidades políticas. Para o SPGL e para a FENPROF, é essencial garantir que qualquer alteração estrutural salvegarde o carácter público, universal e democrático da educação, respeitando os docentes e valorizando as suas funções.

Num momento em que os desafios à escola pública são complexos, da falta de professores à sobrecarga de trabalho, o caminho não pode ser o desmantelamento, mas sim o reforço da Escola Pública enquanto pilar central de uma política educativa consistente. Defender a escola pública é, hoje, defender o próprio Estado democrático. ●



Galeria

24-30 abril convocatória

Semana Nacional de Reflexão e Luta



Defender a Profissão. **VALORIZAÇÃO JÁ!**



questionário

REFLEXÃO E LUTA!



Inquérito online

On-line ou em **Papel**

- Consulta aos Professores e Educadores sobre
- processo negocial
 - ação e luta

A TUA OPINIÃO CONTA. A TUA VOZ VALE!
Contamos contigo

Manifestação Nacional (16/05/2026)

Ocupar a rua, dar força ao protesto!

O processo de revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD), que deveria reforçar a escola pública e valorizar a profissão, está a decorrer de forma preocupante. Em vez de um debate aberto e participado, o Ministério da Educação tem optado por uma negociação meramente formal, ignorando os contributos e a experiência dos docentes. As propostas já conhecidas — no Perfil do Professor, no recrutamento e nas habilitações — apontam para uma desvalorização da profissão, em vez do seu fortalecimento. Esta orientação compromete não só a dignidade e atratividade da carreira docente, como também a qualidade do ensino e o futuro das crianças e jovens. É neste contexto que importa analisar os principais aspetos em que este processo negocial está a falhar.

**Em 16 de maio, em Lisboa (Cais do Sodré > Restauradores),
a partir das 15 horas, vamos dar voz e visibilidade
às nossas exigências e indignação!**

- Porque não aceitamos uma revisão do ECD que fragilize a carreira, aumente a exploração do trabalho dos docentes ou transfira para os professores os custos de opções políticas que têm conduzido à atual falta de docentes nas escolas.
- Porque este processo de revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD), ao contrário do que seria necessário, está a evidenciar, por parte do MECI e do Governo, um propósito de destruição que revela um caminho de descaracterização do próprio Estatuto e, por esta via, da profissão docente.
- Porque não aceitamos a forma como o MECI/Governo conduz este processo, admitindo negociar, mas desconsiderando as propostas apresentadas pela FENPROF, construídas em centenas de reuniões sindicais por todo o país, com a participação de milhares de professores.
- Porque não aceitamos a consideração, na carreira docente, de um “perfil” profissional com lógicas e referências não aplicáveis à docência, cujo objetivo é servir de instrumento de controlo, padronização e desvalorização da profissão docente e que visa condicionar todo o processo de revisão do ECD.
- Porque não aceitamos o fim dos concursos nacionais com regras transparentes, que só uma lista gra-

duada de âmbito nacional pode garantir.

- Porque rejeitamos o abaixamento das exigências relativas às qualificações para a docência, por comprometer a qualidade do ensino e desvalorizar o percurso de milhares de docentes altamente qualificados, cuja formação é reconhecida a nível nacional e internacional.
- Porque não aceitamos um Governo e um MECI que lidam mal com as regras do funcionamento democrático, designadamente no que respeita à existência de uma negociação efetiva com as organizações representativas dos trabalhadores.
- Porque não aceitamos uma designada “Reforma do Estado” que, na Educação, se traduz no desmantelamento do próprio serviço público de educação e da ciência. A redução do pessoal da administração educativa, impedindo a resposta adequada aos professores e às escolas, não constituiu, nem constitui uma melhoria — é, antes, uma clara deterioração do serviço público.
- Porque não aceitamos ser invisíveis para um Ministro que ignora, não dá respostas e não quer ver os problemas, trilhando um caminho de indiferença e aviltamento da carreira e da profissão docente.

**Por isso, dia 16 de maio vamos estar na rua a exigir uma profissão
atrativa, garantia de uma Escola Pública de qualidade, capaz de atrair,
formar e reter bons professores.**

Encontro com a IGEC

Questões da Monodocência



Cátia Domingues | Vice-Presidente SPGL



Catarina Teixeira | Dirigente SPGL

A FENPROF reuniu com a IGEC, no dia 26 de março, para apresentar os resultados do inquérito sobre as condições de trabalho na monodocência, evidenciando práticas irregulares e recorrentes, solicitando a sua intervenção.



Folheto Ed. Pré-Escolar



Cartaz Ed. Pré-Escolar



Folheto 1º CEB



Cartaz 1º CEB

Perante faltas de curta duração de docentes, destacam-se a distribuição de crianças por outras salas, a sua colocação sob responsabilidade de assistentes operacionais e o recurso a docentes com redução da componente letiva, situações sem enquadramento legal e com impacto negativo na qualidade pedagógica e na segurança. Foi ainda denunciada a ausência de assistentes operacionais durante toda

a componente letiva nos jardins de infância e ilegalidades no funcionamento em dias de greve. A IGEC confirmou várias destas situações, assumindo preocupação, mas justificando constrangimentos com a falta de docentes e exigências sociais. A FENPROF reiterou que os problemas se resolvem com valorização da profissão e respeito pela legalidade, não com soluções precárias que agravam o desgaste e comprometem o direito das crianças a uma educação de qualidade. ●

Respeitar e não discriminar por razões de Orientação ou Identidade



Jorge Humberto Nogueira | Dirigente SPGL

A direita portuguesa aprovou na generalidade a alteração à Lei n.º 38/2018, que garante o direito à autodeterminação e expressão de género, num claro retrocesso de direitos consagrados e ao arrepio de profissionais da saúde e organizações científicas nacionais e internacionais. Trata-se do regresso à patologização das identidades transgénero, que tem impacto direto na dignidade e saúde dos jovens, pois não se trata de um diagnóstico clínico, mas sim de um direito humano à autodeterminação.

Estas alterações põem também em causa as medidas informativas, preventivas e de suporte, que a escola tem obrigação legal de desenvolver, sendo preocupante a forma como o MECI embarca nas diversas aventuras conservadoras, reproduzindo um discurso imaginário de “ideologia de género”, com reflexos negativos nos alunos e famílias, que deveria defender e promover. Já tinha sido excluído um guia destinado à proteção destes jovens nas escolas, mais tarde foi alterado o currículo da disciplina de Cidadania com claro recuo nos temas relacionados com a sexualidade e agora vemos que o MECI se cala, protagonizando mais um ataque ideológico em temas de direitos humanos, pactuando com a substituição da ciência pelo preconceito.

Esta tendência já motivou a tentativa de descriminalização das chamadas “terapias de conversão”, que voltam novamente a ser discutidas porque se cria um clima de normalização do preconceito e do ataque às minorias.

O resultado é o recrudescimento do ódio, da perseguição e do bullying, numa população jovem cada vez menos informada, mais desprotegida e manifestamente mais isolada e discriminada numa escola que se apregoa como inclusiva. Este é também um sinal muito nefasto para a sociedade, cada vez mais desumanizada e violenta para esta população.

Como professores sabemos o quan-

to estes alunos precisam de apoio e de alguém com quem falar em fases fundamentais da construção da sua identidade, sendo obrigação da escola promover o respeito, a segurança, o desenvolvimento pessoal e o bem-estar de todos, através da implementação de medidas inclusivas.

Para os professores o humanismo não é revogável, por isso mantemos a necessidade de atuar na prevenção e promoção da não discriminação, construindo espaços de liberdade e respeito numa escola livre de preconceito ou agressão, através de ações de informação, de acolhimento e escuta dos jovens.

Deve ser também promovida a formação de docentes e alunos, reforçada a educação para a sexualidade e implementado o acompanhamento especializado, que não existe, pela falta de respostas ou de equipas multidisciplinares.

Há que desenvolver formas de deteção e intervenção, envolvendo as famílias, que garantam um desenvolvimento saudável das crianças e jovens, assumindo condições e comportamentos que respeitem a individualidade e a expressão de cada um, independente da idade.

Uma escola Inclusiva é um espaço de ciência e de direitos humanos, onde se combatem as desigualdades e onde não há lugar a cedências ideológicas ou pautas morais da uma direita com uma agenda de retrocesso social, que vê no ataque à escola pública uma oportunidade de perpetuar as desigualdades e o preconceito. ●



52
anos
SPGL

2 de maio 1974
2 de maio 2026

SPGL tantos anos como Abril



Ensino Artístico Especializado das Artes Visuais e Audiovisuais

Escola Artística

António Arroio em luta!



Guilherme Vicente | Dirigente SPGL



Rute Garcia | Dirigente SPGL



No passado dia 17 de março, os docentes das Escolas Artísticas Soares dos Reis (Porto) e António Arroio (Lisboa) voltaram à rua em protesto contra a precariedade da sua situação.

De contrato em contrato, reclamam o cumprimento do DL 94/2023, que o ministro da Educação, Fernando Alexandre, continua a ignorar. Mais uma vez denunciaram o recurso a contratos a termo sucessivos, os baixos salários, a falta de grupos de recrutamento para as diferentes especialidades, a indefinição das habilitações para a docência destas disciplinas, as situações da abertura de cursos para a profissionalização, da abertura de concursos, em suma, exigem serem reconhecidos como docentes de pleno direito!

Alguns destes docentes exercem funções há mais de dez anos, são diretores de turma, possuem responsabilidades de coordenação como qualquer outro. Se uns, ao abrigo do DL 94/2023, vincularam provisoriamente em 2023 e realizaram a profissionalização em serviço em 2024/25, outros continuam a aguardar a abertura de cursos para

profissionalizarem, o que de acordo com aquele diploma deveria ter ocorrido em 2025/26. Contrariamente ao ali estipulado, continuam a aguardar a sua integração na carreira docente, ou seja, o seu ingresso no 1.º escalão, o que já deveria ter ocorrido com efeito a 1 de setembro de 2025. Mas o MECI não cumpriu! O Sr. Ministro Fernando Alexandre, no mesmo dia e em resposta a estas concentrações de professores à porta das respetivas escolas, esclareceu a comunicação social que desconhecia a situação destes professores, mentira prontamente denunciada pela FENPROF, dadas as diversas solicitações de reunião com o MECI, ao longo de dois anos, por forma a se resolver esta injustiça.

Face à indiferença do ministro Fernando Alexandre, estes professores, apoiados pela FENPROF e pelos seus sindicatos (SPN e SPGL) prometem voltar à luta pelas suas justas reivindicações, pelo cumprimento da Lei! ●



Criação do Grupo de Recrutamento de Teatro e Expressão Dramática

No seguimento da reunião que a FENPROF teve no passado dia 8 de abril com a Associação de Professores de Teatro-Educação, em que se discutiu a situação profundamente injusta em que se encontram os docentes que lecionam Teatro e Expressão Dramática nas escolas públicas, no passado dia 20 de abril, dia de reunião com o MECI, professores de Teatro e Expressão Dramática participaram na Concentração promovida pela FENPROF. Entendem os docentes, o SPGL e a Federação que é urgente criar o grupo de recrutamento de Teatro e Expressão Dramática, que há anos vêm exigindo, como forma de combater a forte precariedade destes docentes. ●

Após denúncia da FENPROF, MECI avança com abertura de vagas no EAE da Música e da Dança

Na sequência das denúncias públicas e das diligências desenvolvidas pela FENPROF, o MECI decidiu, finalmente, avançar com o apuramento e a abertura de vagas para o concurso nacional de docentes do Ensino Artístico Especializado (EAE) da Música e da Dança. A situação foi reiteradamente denunciada pela FENPROF, que alertou para o incumprimento do DL n.º 94/2023. Ainda assim, a FENPROF sublinha que o Ministério poderia e deveria ter ido mais longe; o apuramento de vagas anunciado não inclui o EAE das Artes Visuais e Audiovisuais. ●



IPSS

Greve e grande concentração de trabalhadores junto à sede da CNIS, no Porto



Pedro Nunes | Dirigente SPGL

No passado dia 26 de março, os trabalhadores das IPSS realizaram mais uma grande ação de luta, aderindo à greve nacional com determinação e unidade.

Após o início de uma vigília de 24 horas na noite de dia 25, no Largo do Terreiro, no Porto, dirigentes sindicais, delegados e trabalhadores concentraram-se junto à sede da CNIS, na manhã do dia 26.

Esta iniciativa, com elevada adesão, serviu para reafirmar o descontentamento que é patente neste setor quanto às condições de trabalho, carreiras e tabelas salariais, tendo alcançado uma cobertura mediática na comunicação social.

Na área do SPGL, a adesão à greve levou ao encerramento total ou parcial de diversas instituições.

A FENPROF apresentou várias propostas na negociação coletiva com a CNIS, mas esta organização tem revelado uma postura de má-fé negocial, ignorando as

matérias que consideramos essenciais para a valorização profissional dos docentes. Neste caso, a proposta de revisão do Contrato Coletivo de Trabalho da FENPROF incluía diversos pontos: a redução do horário letivo dos educadores de infância; a diminuição da duração das carreiras; o fim da discriminação salarial dos educadores de infância que exercem em creche face aos do pré-escolar; e uma atualização mínima de 150 €, visando aproximar estas remunerações às do ensino público.

Contudo, embora a Direção da CNIS tenha aceitado reunir com a Comissão Negociadora Sindical durante a concentração do dia 26, limitou-se a repetir as posições anteriores, escudando-se novamente no argumento de que o financiamento proveniente dos protocolos de cooperação com o Governo é insuficiente.

Em contradição com este discurso, soube-se que esta semana foi assinada uma Adenda ao Compromisso de Cooperação com as instituições do setor social e solidário, com um reforço de mais 440 milhões de euros para os próximos dois anos.

A desvalorização profissional dos trabalhadores das IPSS não pode continuar! O SPGL e a FENPROF não desistirão de lutar por um CCT que dignifique a profissão. ●

Ensino Superior e Investigação

Ataque aos direitos de docentes e investigadores exige uma resposta coordenada



André Levy | Dirigente SPGL

O governo está a desenvolver várias reformas legislativas que, a serem implementadas, terão um impacto significativo no Ensino Superior e Ciência. Já aprovado foi o novo Estatuto da Carreira de Investigação Científica (ECIC; Lei 55/2025), que não combate a precariedade devastadora entre os investigadores. Finaliza-se a regulamentação da avaliação do desempenho na carreira de investigação científica nos Laboratórios do Estado e em outros serviços da administração direta e indireta do Estado.



AFENPROF tem criticado a proposta governativa por importar o modelo do SIADAP, incluindo a diferenciação de desempenho por quotas. Decorre ainda a reforma orgânica que extingue a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) e cria a Agência para a Investigação e Inovação (AI2). Tudo indica que a AI2 irá perpetuar a lógica competitiva dos projetos e aprofundar a mercantilização da ciência e sua subordinação aos interesses económicos e ao militarismo. Também em curso está a discussão na especialidade do novo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), preservando os pilares da empresarialização do Ensino Superior Público e uma gestão apartada da participação democrática das comunidades académicas. Em revisão está igualmente a Lei da Ciência, de cujo grupo de trabalho

foram excluídas as estruturas sindicais. O governo apresentou já a sua proposta de novo Regime Jurídico dos Graus e Diplomas do Ensino Superior. Prevê-se ainda a revisão dos estatutos das carreiras docentes do ensino superior universitário (ECDU) e politécnico (ECPDESP), que poderá passar pela fusão dos dois estatutos e até mesmo pela inclusão ainda do ECIC. A par do subfinanciamento crónico, do défice de recursos humanos e da precariedade laboral generalizada no Sistema Científico e Tecnológico Nacional, esta extensa reconfiguração legal constitui um ataque coordenado aos direitos laborais dos docentes e investigadores e à colegialidade e democracia nas instituições de ensino superior, assim como um aprofundar da visão mercantilista da ciência. Ataques que exigem uma resposta coordenada dos docentes e investigadores e dos seus sindicatos. ●

Hipótese Cinema

“Ver, escutar, experimentar”

Lígia Calapez e Sofia Vilarigues | Jornalistas

“Por uma rede para a descoberta do Cinema”, é o sugestivo tema que acompanha o título do encontro “Hipótese Cinema”, que se desdobrou ao longo dos dias 25, 26 e 27 de fevereiro, entre a Cinemateca Portuguesa e a Escola Superior de Teatro e Cinema. Com a participação de Alain Bergala.

Aqui nos cingimos a algumas notas sobre a primeira sessão – “Ver, escutar, experimentar” – A transmissão do cinema dentro e fora da escola.



Duas datas que se cruzam, duas comemorações, foram celebradas neste encontro: 30.º aniversário

do programa pedagógico internacional Le Cinéma, Cent Ans de Jeunesse (CCAJ), um projeto que nasceu, quando se comemorou um século de cinema em 1995, na Cinemateca Francesa, e o 25.º aniversário da Associação dos Filhos de Lumière.

Na sua intervenção no encontro, Alain Bergala, cineasta, professor, fundador do programa CCAJ e autor, entre outras publicações, do livro de referência que deu título ao Encontro, “A Hipótese Cinema – Pequeno tratado sobre a transmissão do cinema dentro e fora da escola”, editado em 2022 em Portugal, falou do cinema em França e do método pedagógico do CCAJ.

Teresa Garcia, dos Filhos de Lumière, traçou um breve historial da associação. Um trabalho muito profundo, que se desenvolve há muitos anos. “Todos

os anos se aprendem coisas novas”. Um espírito que passa para as crianças e jovens, nomeadamente nas escolas. “Eles estão sempre a ver coisas, eles estão sempre a descobrir. E isso, para nós, é a coisa mais extraordinária que há. É ver como eles descobrem, é ver como eles se entusiasmam”.

“Pensar uma pedagogia - não apenas do cinema, mas uma pedagogia que pode servir para todas as outras áreas, que nos pode ajudar também a mudar a própria escola, a pensar ou repensar a escola no nosso tempo”, foi o tema aprofundado por Paulo Pires do Vale, do Plano Nacional das Artes.

Que toda esta experiência – “este espírito de inquietação, que é permanente e que faz parte de toda a pedagogia e todo o trabalho que tem sido levado a cabo” – seja o princípio, também, deste Encontro, defendeu Manuel Guerra, da Escola Superior de Teatro e Cinema. “E é precisamente do que precisamos – criar espaços de encontro”, considerou, construindo “uma rede para a descoberta do cinema”. ●



Artigo completo

Gil Vicente, um agrupamento multicultural

Crianças de todas as nacionalidades, todas misturadas

Lígia Calapez e Sofia Vilarigues | Jornalistas

Adriana Guerreiro, diretora do agrupamento Gil Vicente, Miguel Simões, responsável pelo projeto Código Postal, Adelaide Rodrigues, professora diretamente envolvida no projeto, Carla Alves, professora bibliotecária e coordenadora do TEIP. Quatro vozes, quatro ângulos diferentes de abordar uma visão comum, uma perspetiva de multiculturalidade, numa escola em que se juntam 64 nacionalidades.



“Os braços abertos que temos para todos”

“Independentemente do sítio onde eles nascem, acreditamos que merecem todos uma escola de qualidade, uma educação de qualidade, e é isso que tentamos todos os dias”, diz-nos Adriana Guerreiro, diretora de um agrupamento onde coexistem 64 nacionalidades.

Ao nível do acolhimento há várias estratégias, “para além dos braços abertos que temos para todos”.

Adriana Guerreiro referiu o Guia de Acolhimento, um guia muito prático

para o dia a dia nas escolas. Os relógios, na zona do bar, com os fusos horários das nacionalidades de todos os alunos. As bandeiras dos países dos alunos, no átrio da escola, que estão sempre a ser atualizadas. O Sou Gil, um espaço de imersão linguística e descoberta cultural. Destacou, ainda, um encontro de mulheres e meninas, sobre o empoderamento feminino.

Um projeto micro que teve uma proporção macro

Assumido como uma iniciativa no âmbito do Plano Cultural da Escola,



o objetivo do projeto Código Postal - como nos relataram Miguel Simões e Adelaide Rodrigues - era envolver ao alunos e alunas migrantes “num projeto que pudesse, de alguma forma, não só dar-lhes visibilidade, mas também proporcionar que eles se sentissem mais incluídos nas aprendizagens e na escola”.

Na prática, como se desenvolveu o trabalho? A partir do grupo de alunos que se disponibilizou a participar (treze alunos migrantes) e, naturalmente, com a autorização dos encarregados de educação, alguns dos alunos, que pudessem, nessa hora, sair da aula, “eram desafiados a filmar a partir de um determinado tema”, acompanhados por um grupo de investigadores que trabalha em cinema com crianças. De todo este trabalho resultou uma exposição, no Museu Nacional de Arte Contemporânea. Aberta a toda a gen-

te. Um dispositivo que compreendia quatro proposta. Incluindo um mosaico que tinha 36 vídeos a passar em loop, “que, no fundo, era a síntese do trabalho”.

Uma exposição que gerou visibilidade e um profundo, sentido, entusiasmo entre os alunos envolvidos.

Biblioteca – a alma e o coração da escola

“Esta biblioteca é a alma e o coração da escola”. Foi assim que Carla Alves iniciou a síntese que tentou fazer sobre as – múltiplas – atividades desenvolvidas nas bibliotecas do agrupamento.

“Uma das diretrizes da rede de bibliotecas escolares é a interculturalidade e o humanismo”, e são esses os princípios que “não desistimos de tentar implementar na escola”.

Há uma série de projetos que têm

como principal objetivo trazer os alunos “para dentro da biblioteca”.

O primeiro passo é “pô-los cá dentro através do lado lúdico”. Depois, vêm os projetos de promoção de leitura. O cartão de leitor. A iniciativa Contos de Mundo, no primeiro ciclo.

A biblioteca promove, ainda, os alunos voluntários. Participa em diversos projetos conjuntos, como a Semana dos Afetos ou o mural “Em Cada Rosto Igualdade”.

Em 2025, o “Ler sem Barreiras”, uma iniciativa de escola da Gil Vicente, foi o primeiro projeto de uma escola pública a vencer o Prémio Sonae Educação.●



Artigo completo



Sara Covas | Dirigente Sindical

a voz a quem entra

À precariedade que permanece no nosso sector, juntam-se as dificuldades no acesso à profissionalização e uma formação cada vez mais afastada da realidade e dos desafios no nosso ensino. São também essas as principais preocupações do **Pedro Ferreira**, da área de Biologia e Geologia, colocado na Escola Secundária de Amora.

Sara Covas - O que gostavas de ver abordado/trabalhado num mestrado em ensino?

Pedro Ferreira - Temos tido uma série de Governos da República que, no que toca à formação de professores, não tiveram capital político, competência e/ou vontade de pensar a longo prazo (e, noutras áreas de governação, em muitas outras coisas). Senti isto na pele na minha formação. E não digo isto por inveja, pois fui orientado por pessoas com a mais alta formação e exigência no que ao ensino toca, e, sem dúvida aprendi muito mais por isso.

SC - Quais são os maiores desafios para quem entra no ensino hoje?

PF - Que quietude, necessária ao ensino-aprendizagem, posso pedir a um

menino de 14 anos que saiu de casa às 6h30 da manhã para ter aulas às 8h00, interrompendo os seus ciclos circadianos naturais de sono?

Que estrutura socio-emocional, necessária ao ensino-aprendizagem, posso exigir à menina cuja mãe entra às 6h00 a fazer limpezas nos escritórios dos senhores das avenidas, e que volta a entrar noutros mais tarde, voltando a casa apenas para jantar?

Os problemas de indisciplina estão a aumentar, porque a nossa estrutura socioeconómica cada vez mais expulsa o indivíduo da sua comunidade, vendendo a força do seu trabalho, sem um retorno de capital social que sirva a educação; e quando a educação perde, perdemos todos. ●

Entrevista completa



Há sempre um caminho

“Pretendemos que este seja um espaço de esclarecimento, de pensamento crítico e também de afirmação clara desta nossa solidariedade entre povos, que é parte integrante da nossa ação”, destacou Cátia Domingues, vice-presidente do SPGL, na abertura da terceira sessão da iniciativa “O SPGL na luta pelos direitos dos Palestinos”, sob o tema “Palestina-Israel: passado, presente e futuro”, que contou com a presença de Carlos Duarte Almeida e Dima Mouhamed.

Lígia Calapez e Sofia Vilarigues | Jornalistas



A projeção do documentário “Cinco câmaras quebradas”, e o debate que se lhe seguiu, com Marta Alves, professora de cinema da ESE de Setúbal, encerrou o ciclo de sessões. Aqui fazemos uma breve síntese destas duas últimas sessões da iniciativa. A questão palestina é uma questão que vem “do fundo dos tempos” ou é mais recente? Esta “ordem” internacional dos dias de hoje, em que não há regras e é marcada pela lei do mais for-

te, será mesmo “uma característica do tempo que nós vivemos”?

Foi partindo de questões como esta, e numa perspetiva de complexificação, que Carlos Almeida, investigador integrado do Centro de História da Universidade de Lisboa e vice-presidente do Movimento pelos Direitos do Povo Palestino e pela Paz no Médio Oriente (MPPM), nos falou do passado e do processo que levou ao que hoje é designado como a questão palestina.

Dima Mouhamed, luso-palestina, investigadora e professora na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) da Universidade Nova de Lisboa, começou a sua intervenção afirmando que ia desenvolvê-la com “uma palavra pelo passado, duas pelo presente e três pelo futuro”. A palavra pelo passado foi o sionismo. Para o presente destacou duas dimensões: a cumplicidade e o escolasticídio. Para o futuro, escolheu três palavras: o boicote, o desinvestimento e as sanções.

Na última sessão foi exibido, com a apresentação de Marta Alves, “Cinco Câmaras Quebradas”. Este documentário franco-palestino, de 2012, de Emad Burnat e Guy Davidi, que recebeu uma nomeação ao Óscar de melhor documentário de longa-metragem, é uma história verídica e, por isso mesmo, particularmente impactante.●

Desporto Escolar: que futuro está a ser preparado?

Helena Dias, Dirigente SPGL

Com o término do Programa Estratégico do Desporto Escolar 2021-2025, ainda não foi divulgada a orientação estratégica para o período 2026-2030. Face a esta indefinição, o sistema mantém-se operacional com base no Regulamento Geral de Funcionamento do Desporto Escolar 2025-2026, cabendo às escolas, aos docentes e às estruturas intermédias assegurar a realização de atividades, encontros e competições.

Neste contexto, multiplicam-se iniciativas e reuniões entre a Coordenação Nacional do Desporto Escolar, federações desportivas e autarquias, visando reforçar modelos de cooperação entre o sistema educativo e o desporto federado. Embora estas iniciativas possam contribuir para a promoção das modalidades e para o aumento da participação dos alunos, suscitam questões relevantes sobre a sustentabilidade do Desporto Escolar enquanto oferta pública e integrada no sistema educativo.

É essencial refletir sobre se o Desporto Escolar continuará a ser garantido como uma oferta educativa gratuita, assegurada por docentes de Educação Física, ou se se avançará para modelos progressivamente transferidos para federações, clubes ou autarquias. A indefinição atual levanta preocupações quanto à preservação do carácter educativo das atividades e à estabilidade dos horários docentes atualmente afetos aos núcleos e grupos-equipa.

Diante deste cenário, torna-se fundamental clarificar o papel do Estado e do Ministério da Educação no futuro do Desporto Escolar, garantindo que continue a ser uma componente estruturante da formação integral dos alunos. Este enquadramento permitirá conciliar o desenvolvimento competitivo das modalidades com a promoção de valores educativos, sociais e de inclusão que caracterizam o Desporto Escolar, assegurando que os alunos cresçam não apenas como atletas, mas como cidadãos ativos e integrados na comunidade escolar.●

Referências

Direção-Geral da Educação (2021). Programa Estratégico do Desporto Escolar 2021-2025. Lisboa: Ministério da Educação.

Direção-Geral da Educação (2025). Regulamento Geral de Funcionamento do Desporto Escolar 2025-2026. Lisboa: Ministério da Educação.

Secção-Geral do Ministério da Educação (2022). Despacho n.º 9227/2022, de 28 de julho. Lisboa: Ministério da Educação.



Igualdade

A Constituição da República Portuguesa e os direitos das mulheres



Albertina Pena | Dirigente SPGL

No dia 9 de março, como forma de assinalar o dia 8 de março – Dia Internacional da Mulher – decorreu no SPGL, uma sessão em formato presencial e online, onde foram debatidos os direitos das mulheres e a CRP ao nível da intervenção a nível laboral, social e familiar num percurso histórico e de futuro.

Para refletir sobre o tema, contámos com as intervenções de Helena Gonçalves (professora aposentada que iniciou a sua atividade profissional antes do 25 de Abril) e que nos falou das dificuldades e dos desafios enfrentados antes do 25 de Abril e antes da aprovação da CRP no âmbito profissional, social e familiar. Acompanhar este percurso permite-nos valorizar as lutas de-

envolvidas e as conquistas efetuadas quanto aos direitos das mulheres.

Lídia Boto, jurista, falou-nos das diferenças e das alterações que a CRP trouxe, relativamente aos direitos das mulheres, numa análise histórica da CRP quanto ao que era vedado às mulheres, acentuando as várias desigualdades e discriminações a que as mulheres eram votadas.

Rita Branco, da Interjovem, falou-nos da necessidade de continuar a luta em defesa da CRP por forma a impedir retrocessos e a projetar um futuro onde as mulheres avancem na defesa dos seus direitos, exigindo o cumprimento da CRP pela igualdade e contra a discriminação. ●



Semana da Igualdade

“A Igualdade que Abril abriu”



Catarina Teixeira | Dirigente SPGL

No âmbito da Semana da Igualdade da CGTP-IN, a FENPROF convidou os docentes a refletirem com os seus alunos sobre igualdade, cidadania e democracia, partindo dos valores conquistados com a Revolução de Abril, da igualdade consagrada na Constituição e dos desafios atuais. A disponibilização de materiais, como o folheto temático com o Barómetro de Atitudes: A liberdade no namoro, contribuiu para fomentar o diálogo crítico em sala de aula.

A iniciativa culminou na sessão “A Igualdade que Abril abriu”, realizada a 24 de março, com a participação de Maria Manuel Calvet Ricardo, Ana Sofia Ferreira e Leonardo Medeiros. Neste encontro, foram debatidos temas como a luta das professoras e do movimento sindical, o papel da mulher e as discriminações que persistem, bem como as questões relacionadas com a liberdade no namoro e a perspetiva dos estudantes sobre os desafios vividos nas escolas. A sessão reforçou, assim, o papel da escola pública na formação de cidadãos críticos e na defesa dos direitos consagrados. ●



SPGL participou na sessão comemorativa dos 50 anos da Constituição



Ana Bexiga | Dirigente SPGL

No passado dia 2 de abril, o SPGL participou na sessão comemorativa dos 50 anos da promulgação da Constituição da República Portuguesa. Num anfiteatro lotado, no Instituto Superior de Economia e Gestão, assistiu-se ao vídeo do discurso do General Costa Gomes, aquando da promulgação da mesma. Discursaram o Comandante Simões Teles e o professor José Manuel Mendes, e o Major general Jorge Aires leu uma mensagem enviada pelo Comandante Silveira Pinheiro.

Seguiu-se um momento cultural com o ator António Levy que declamou o poema de José Gomes Ferreira, *Acordai*. Posteriormente o público deslocou-se para uma concentração junto à escadaria da Assembleia da República onde discursaram o Major general Pedro Pezarat Correia e o deputado da assembleia constituinte José Pedro Soares. Seguiu-se a leitura e aprovação do Apelo dirigido à Assembleia da República e o encerramento ao som de *Grândola Vila Morena*, seguido de *A Portuguesa*. ●

“O Pacote é p’ra cair! + salário + direitos”



Eduardo Jordão | Dirigente SPGL

Com o lema “O Pacote é p’ra cair! + salário + direitos”, os jovens trabalhadores saíram à rua, mais uma vez, no dia 28 de março, na grande Manifestação Nacional da Juventude Trabalhadora. Da Praça da Figueira ao Campo das Cebolas, Lisboa encheu-se de jovens em luta contra

o pacote laboral, por melhores salários, pelo fim da precariedade e por horários regulados.

Como não podia deixar de ser, os jovens professores e educadores marcaram presença. Esta é uma luta à qual não podíamos faltar, tendo em conta a gravidade do que está em cima da mesa: aumento da precariedade, facilitação de despedimentos, ataques à liberdade sindical e ao direito à greve — só para mencionar alguns aspetos. Num momento de falta de professores e em que o MECI quer acabar com o Estatuto da Carreira Docente tal como



o conhecemos, é fundamental estar atento e mobilizado para lutar por uma verdadeira valorização da profissão e da Escola Pública, não esquecendo que tudo o que for alterado com o pacote laboral, mais tarde ou mais cedo, chegará aos professores e educadores. ●



Dia Mundial da Saúde: “Defender e Reforçar o SNS”

Por ocasião do Dia Mundial da Saúde, dia 7 de abril, a FENPROF e os seus sindicatos participaram na iniciativa “Defender e Reforçar o SNS” promovida pela Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, em frente ao Ministério da Saúde, em Lisboa. ●

SPGL e FENPROF no protesto da Frente Comum

Centenas de professores, educadores e investigadores participaram no dia 13 de março, na concentração “Administração Pública em Luta”, realizada na Praça da Figueira em direção ao Ministério das Finanças, em Lisboa. A iniciativa reuniu trabalhadores de vários setores da Administração Pública para manifestar preocupação com as políticas do Governo relativamente aos serviços públicos e funções sociais do Estado. Durante a concentração, os participantes criticaram aquilo que consideraram ser uma tendência de desresponsabilização do Estado em áreas fundamentais como a saúde e a educação.



Video

Intervenção do Secretário-geral da FENPROF José Feliciano Costa



Manifestação Nacional Contra o Pacote Laboral

Mais de um milhar de professores, educadores e investigadores participaram na manifestação nacional contra o pacote laboral do governo, promovida pela CGTP-IN, em Lisboa, no passado dia 17 de abril.



Galeria



Dia do Trabalhador

O SPGL saúda o 1.º de Maio e todos os trabalhadores

O SPGL saúda o 1.º de Maio e todos os trabalhadores e apela à participação nas manifestações e concentrações convocadas pela CGTP-IN, nas quatro regiões da área de influência do SPGL (Lisboa, Oeste, Santarém e Setúbal), com destaque para a grande Manifestação a realizar em Lisboa, no dia 1 de Maio de 2026, a partir das 14h30, do Martim Moniz em direção à Alameda D. Afonso Henriques.

Os secretários-gerais da FENPROF, Francisco Gonçalves e José Feliciano Costa saudaram a grande participação de docentes na manifestação nacional da CGTP-IN contra o pacote laboral e avisam: a luta prossegue, nomeadamente em 16 de maio (Cais do Sodré > Restauradores, Lisboa) na grande manifestação pela valorização da profissão e da carreira docente!



Video

legislação



I Série

Portaria n.º 127/2026/1

Procede à segunda alteração da Portaria n.º 181/2019, de 11 de junho, que define os termos e as condições em que as escolas, no âmbito da autonomia e flexibilidade curricular, podem implementar uma gestão superior a 25 % das matrizes curriculares-base das ofertas educativas e formativas dos ensinos básico e secundário, clarificando as competências do Instituto de Educação, Qualidade e Avaliação, I. P. (EduQA, I. P.), no âmbito dos planos de inovação.

II Série

Despacho Normativo n.º 1/2026

Aprova o Regulamento do Júri Nacional de Exames e revoga o Despacho Normativo n.º 1-D/2016, de 4 de março.

Despacho Normativo n.º 3/2026

Aprova o Regulamento das Provas de Avaliação Externa e das Provas de Equivalência à Frequência dos Ensinos Básico e Secundário para os anos letivos de 2025-2026 a 2027-2028 e revoga o Despacho Normativo n.º 2-A/2025, de 3 de março.

Despacho n.º 3319/2026

Mantém o apoio financeiro para o ano letivo 2024-2025 no âmbito do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar.

Despacho n.º 4472-A/2026

Define o calendário das matrículas e respetivas renovações, bem como dos prazos que destes dependam, para a educação pré-escolar e os ensinos básico e secundário.

Despacho n.º 4745-B/2026

Estabelece as regras para o planeamento e concertação das redes de ofertas profissionalizantes, definindo competências, procedimentos e critérios para a organização da oferta formativa, regula a articulação entre o Instituto de Educação, Qualidade e Avaliação, I. P., a Agência para a Gestão do Sistema Educativo, as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional e as entidades intermunicipais. Revoga o Despacho n.º 3886-A/2025, de 27 de março.

Despacho Normativo n.º 7/2026

Procede à quinta alteração ao Despacho Normativo n.º 6/2018, de 12 de abril, com a redação dada pelo Despacho Normativo n.º 2-B/2025, de 21 de março.

Despacho n.º 4862/2026

Procede à atualização dos apoios financeiros ao pré-escolar para o ano letivo de 2025-2026.

perguntas **com** resposta

Avaliação de Desempenho Docente

PERGUNTA 1

Como deve ser elaborado o relatório de autoavaliação?

O relatório de autoavaliação é um documento obrigatório e decisivo no processo avaliativo, deve respeitar o plasmado no Artigo 19.º do Decreto Regulamentar n.º 26/2012. Deve ainda refletir, de forma clara e fundamentada, o trabalho letivo e não letivo desenvolvido pelo docente durante o período em avaliação. Os aspetos essenciais residem nas seguintes questões, deve ser: sintético, objetivo e estruturado, evitando descrições excessivamente longas.

Deve incidir sobre prática letiva (planeamento, estratégias, resultados dos alunos); a participação na escola (projetos, cargos, colaboração); formação contínua realizada e os contributos para a comunidade educativa. Para tudo, devem ser apresentadas evidências concretas, como exemplos de atividades, resultados ou projetos e é fundamental articular a reflexão com os critérios de avaliação definidos pela escola.

O relatório de autoavaliação não pode ser transformado num currículo extenso ou numa lista de atividades sem reflexão crítica.

PERGUNTA 2

Como pode um docente reclamar da menção atribuída?

Caso o docente discorde da classificação final, pode apresentar uma reclamação, conforme previsto no Artigo 24.º, n.º 1 que constitui a primeira forma de contestação formal.

A reclamação é apresentada por escrito, dentro do prazo legal de no prazo de 10 dias úteis a contar da data da notificação da avaliação. Este instrumento serve de contraditório face às menções quantitativas e qualitativas e, por isso,

deve ser fundamentada, identificando:

- a) os pontos de discordância;
- b) os critérios que considera mal aplicados e eventuais incoerências na avaliação. Devem ser anexados à reclamação, sempre que possível, os elementos de prova do alegado (documentos, registos, evidências). É importante, realçar que a reclamação não deve ser emocional ou genérica; deve ser técnica, objetiva e sustentada nos normativos e critérios aplicáveis.

PERGUNTA 3

O que fazer se a reclamação não for aceite? Como funciona o recurso?

Se a decisão da reclamação não for favorável, o docente pode avançar para um recurso que é interposto junto do Conselho Geral do AE, no prazo de dez dias úteis a contar da data da sua notificação. O recurso não é uma repetição da reclamação, deve acrescentar argumentos mais sólidos e, destacar, salientar as evidências, sobretudo nos parâmetros ou dimensões que a reclamação não vingou. Nesta fase exige uma fundamentação ainda mais rigorosa e estruturada do que a reclamação, na medida em que vai ser apreciada por três árbitros um dos quais nomeado pelo docente, de acordo com o Artigo 25.º do diploma anteriormente citado.

Elisabete Zagalo | Dirigente SPGL



Artigo completo

PERGUNTA 4

Como funciona o sistema de quotas na avaliação docente e que impacto tem na classificação final?

PERGUNTA 5

Em que consiste a observação de aulas e qual o seu peso na avaliação (avaliação externa)?



Lídia Bôto | Advogada SPGL

A ‘semântica’ ao serviço da desvalorização do Estatuto

Em consonância com a posição da FENPROF, já amplamente divulgada, importa recentrar o debate num plano de maior rigor jurídico, contribuindo para a clarificação da relevância normativa do Estatuto da Carreira Docente no ordenamento jurídico português.

O estatuto constitui, em termos técnico-jurídicos, uma norma especial que densifica um regime jurídico próprio aplicável a uma determinada carreira profissional. Não se trata de um mero instrumento organizativo, mas antes de um corpo normativo estruturante que regula, de forma integrada, o acesso à carreira, os direitos e deveres dos trabalhadores, o conteúdo funcional, o regime de horários e os mecanismos de progressão.

Nesta medida, o Estatuto da Carreira Docente assume natureza de lei especial, prevalecendo sobre regimes gerais como o Código do Trabalho ou a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas nas matérias em que consagra disciplina própria. Tal prevalência encontra respaldo no artigo 7.º, n.º 3, do Código Civil, ao estabelecer que “a lei geral não revoga a lei especial, exceto se outra for a intenção inequívoca do legislador”.

É precisamente nesta arquitetura normativa que reside a centralidade do Estatuto: enquanto garante de um regime jurídico diferenciado, adequado às especificidades da função docente.

Com efeito, o exercício da docência não se reduz a uma prestação de trabalho indiferenciada. Pelo contrário, integra uma função social constitucionalmente protegida, ligada ao direito à educação e à qualidade do ensino, o que justifica a consagração de regras próprias, designadamente quanto à organização do tempo de trabalho, à componente letiva e não letiva, à avaliação, à progressão na carreira e à autoridade em sala de aula — enquanto elemento funcional indispensável à condução do processo de ensino-aprendizagem — matérias que não encontram correspondência adequada na lei geral.

Ora, é neste contexto que emerge, com particular acuidade, o recurso àquilo que o MECI tem vindo a qualificar como meras alterações de natureza “semântica”. Importa, contudo, desmontar criticamente esta narrativa.

Do ponto de vista jurídico, a “semântica” não é neutra. A alteração de conceitos, a substituição de expressões normativas ou a reconfiguração terminológica de institutos jurídicos pode traduzir-se — e frequentemente traduz-se — numa modificação substancial do regime aplicável. A linguagem jurídica é, por definição, performativa: cria, delimita e transforma direitos e deveres.

Assim, o que se apresenta como uma simples operação semântica pode, na realidade, configurar uma estratégia de desdensificação normativa do Estatuto,

esvaziando progressivamente o seu conteúdo material. Ao remeter matérias tradicionalmente reguladas no Estatuto para a lei geral, o legislador não está apenas a simplificar o texto — está a deslocar o centro de regulação para um regime menos protetor e menos ajustado às especificidades da profissão docente.

Esta deslocação tem consequências jurídicas concretas: fragiliza a autonomia do Estatuto enquanto lei especial, dilui direitos adquiridos ou consolidados e abre espaço à aplicação subsidiária de regimes gerais que não foram concebidos para a realidade da docência.

Deste modo, a invocação da “semântica” funciona, paradoxalmente, como instrumento de ocultação de uma alteração substancial do equilíbrio normativo. Sob o pretexto de uma revisão terminológica, procede-se a uma reconfiguração material do regime jurídico, com impacto direto nas condições de trabalho dos docentes.

Em termos jurídico-sindicais, importa, por isso, afirmar com clareza: a defesa do Estatuto da Carreira Docente não é uma questão meramente formal ou simbólica. É uma questão de garantia efetiva de direitos, de preservação de um regime jurídico adequado e de salvaguarda da especificidade da função docente.

A erosão semântica do Estatuto é, em última análise, uma erosão jurídica. E, como tal, deve ser identificada, denunciada e combatida. ●

DEPARTAMENTO DE
PROFESSORES E EDUCADORES
APOSENTADOS

Últimas ações socioculturais realizadas

- Visita guiada à Casa Ásia-Coleção Francisco Capelo – realizámos 2 visitas, nos dias 24 e 25 de fevereiro, onde tivemos oportunidade de fazer uma viagem pela Arte, História e Cultura de 14 países da Ásia através do conjunto de peças que constituem a Coleção Francisco Capelo, testemunho de culturas e civilizações ancestrais e milenares.
- Realizámos, no dia 3 de março, uma sessão do projeto “O Meu Livro Quer Outro Livro” onde a professora, ativista sindical e escritora Isabel Lemos apresentou a sua obra – *A... Pequenas Histórias de 26 Mulheres*, um livro que retrata momentos marcantes da vida de 26 mulheres, abordando temas como desigualdade, violência, amor e superação. A admiração, a cumplicidade com as mulheres e a identificação da autora com a luta pela igualdade entre as pessoas, muito especialmente entre homens e mulheres, levou-a a fazer da mulher o centro das narrativas.
- No dia 18 de março, fizemos uma visita cultural a Grândola onde, com a colaboração do Posto de Turismo, pudemos apreciar o Núcleo Museológico “Grândola Vila Morena”, que nos conta a história da canção que marcou o 25 de Abril; o Núcleo Museológico da Igreja de São Pedro, uma viagem ao longo dos diferentes períodos históricos, por vestígios materiais deixados por comunidades desde a Pré-História ao século XX; o Núcleo Museológico Casa Frayões Metellos, um espaço de pesquisa, estudo e

divulgação das memórias de vida e de trabalho da comunidade grandolense. De seguida fomos para o Lousal onde visitámos o Centro Ciência Viva do Lousal - Mina de Ciência, um edifício que conserva parte dos equipamentos utilizados para a produção de eletricidade e ar comprimido, essenciais para assegurar o funcionamento de todo o Couto Mineiro e uma viagem pela história da mineração e das pessoas que tornaram possível fazer desta mina uma referência em Portugal. Terminámos com a visita guiada ao Museu Mineiro, um espaço que convida a “Explorar Ciência e a Extrair Conhecimento” detentor de várias exposições permanentes dedicadas a temáticas das ciências naturais.

- 24 de março - “Conversas e Memórias” – No âmbito da comemoração do Centenário de José Cardoso Pires, a escritora e jornalista Ana Margarida de Carvalho falou-nos de José Cardoso Pires, o escritor que “escanhoava a prosa, raspava com ferocidade, até se lhe azular as páginas” apontando os aspetos distintivos da sua obra, ressaltados pela clareza e o rigor estilístico.
- No dia 9 de abril visitámos a exposição intitulada “José Cardoso Pires (1925-1998) - um novo Neorrealismo?” no Museu do Neorrealismo em Vila Franca de Xira. José C. Pires autor de dezoito livros, publicados entre 1949 e 1997, não se identifica com nenhum grupo, nem se fixa em nenhum género literário, apesar de ser considerado sobretudo como um romancista. A sua relação mais duradoura no campo literário deu-se com o movimento neorrealista português, até ao 25 de Abril de 1974, justificada com a oposição ao regime autoritário português. A inserção da sua obra no neorrealismo é, por essas razões, contraditória. ●

Debate preparatório da 4.ª Conferência Aposentados



LISBOA E ONLINE · 2023 SEDE DO SPGL

Mário Nogueira

- Ex-secretário-geral da Federação Nacional dos Professores (FENPROF).
- Professor desde 1978, tinha 25 anos quando integrou o Conselho Nacional da FENPROF.
- Assumiu o cargo de secretário-geral em 2007, que ocupou até 2023.
- Conselheiro do CNE (Conselho Nacional de Educação), designado pela FENPROF.



DA PERDA DO PODER DE COMPRAR A SEGURANÇA E ESTABILIDADE DE RECUPERAR

maio 2026 · 17H - 19H



shorturl.at/zbvNL

Projeto "Memórias e Conversas"

29 de abril | 15h30
sede do SPGL

Conversa com António Filipe
e Carmelinda Pereira

Consolidação
do Regime Democrático

A Constituição da República Portuguesa é fruto da revolução de Abril, é essencial para garantir os direitos laborais, sociais e a soberania nacional. A defesa da Constituição é, inseparável da luta por uma democracia avançada e pelo futuro de Portugal.



António Filipe é jurista e professor universitário. Foi deputado à Assembleia da República pela CDU entre 1989 e 2022 e entre 2024 e 2025.

Mestre em Ciência Política, Cidadania e Governação e Doutor em Direito Constitucional. É membro do Comité Central do PCP.



Carmelinda Pereira é professora aposentada e sindicalista, foi deputada à Assembleia Constituinte em 1975 pelo PS e à Assembleia da República, entre 1977 e 1979 como deputada independente. Participou da fundação do Partido Operário de Unidade Socialista. ●



Assembleia Geral de Sócios discute situação político-sindical e aprova aquisição de nova delegação em Tomar

No passado dia 21 de abril de 2026, a Escola Secundária Jácome Ratton, em Tomar, foi o local de reunião dos sócios do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL). A Assembleia Geral de Sócios, presidida por Rosa Vaz, contou com uma participada análise da situação político-sindical e a decisão unânime de reforçar o património do sindicato na região.

A análise da situação político-sindical contou com a intervenção de José Feliciano Costa, Presidente da Direção Central do SPGL, o qual deu o mote para o debate, abordando os desafios atuais da classe docente e da Escola Pública. Este momento de discussão foi ainda enriquecido por diversas intervenções de outros sócios presentes, que partilharam as suas perspetivas sobre a conjuntura do setor e a luta a desenvolver.

Unanimidade na aquisição da nova delegação

O segundo ponto da ordem de trabalhos dizia respeito à deliberação sobre a aquisição de um imóvel para o funcionamento da Delegação de Tomar. O desfecho foi marcado pelo forte consenso da assembleia: a proposta de aquisição foi aprovada por unanimidade e aclamação dos associados presentes. Com este passo, o SPGL garante a manutenção e melhoria das condições de apoio aos professores, educadores e investigadores da região de Santarém, consolidando a sua presença regional. ●



O que um operário tem para comer

O Legado Revisitado: Magalhães Filho no Espaço ABC



Galeria



espaço abc

Ana Cristina Gouveia | Espaço ABC

Está patente, até ao dia 30 de abril, no Espaço ABC, uma exposição imperdível que homenageia a obra de Manuel Maria de Sousa Calvet de Magalhães (1913–1975), mais conhecido pelo pseudónimo artístico Magalhães Filho.

A mostra celebra a trajetória de um dos nomes mais relevantes da segunda geração de modernistas portugueses, cuja vida foi marcada pela dualidade entre a criação artística e a atividade pedagógica.

Entre as obras expostas, os visitantes podem admirar “A Fêmea”, distinguida com o Prémio Nacional de Arte, e a icónica peça “Os Galos”. Contudo, é o quadro “O que um operário tem para comer” que mais capta a atenção: uma obra carregada de simbolismo social que, após ser proibida pela censura (PIDE), permaneceu escondida pelo autor até à Revolução de 25 de Abril. Para a comunidade educativa, esta exposição é uma aula viva. Calvet de Magalhães não foi apenas um pintor premiado; foi um professor dedicado que via na arte um instrumento de liberdade. Visitar o Espaço ABC é, por isso, um encontro com a história da resistência e da estética nacional. A entrada é livre, de segunda a sexta-feira, proporcionando uma oportunidade única para alunos e professores mergulharem no universo de um mestre que acreditava que a arte deve pertencer a todos. ●

Exposição de Ana Margarida Ferraz

No Espaço ABC será inaugurada, no próximo dia 8 de maio a Exposição de Ana Margarida Ferraz intitulada “Levar o poema a passear”. As obras expostas são realizadas usando uma técnica mista em que a artista combina camadas de gesso acrílico, resina epóxi e tinta a óleo ou acrílica sobre madeira ou tela. Esta exposição estará patente até 25 de junho de 2026. ●

sugestões



Manifestação popular no Porto, 1974. Em destaque Virgínia Moura, antiga presa política e resistente antifascista

Exposição “Elas tiveram medo e foram” Museu do Aljube – Resistência e Liberdade

Sofia Vilarigues

“Em fevereiro deste ano de 1961, fui de novo presa pela PIDE, porque em Portugal é proibido lutar por mais pão, mais cultura, um lar confortável, uma vida alegre, digna e feliz”, escreveu Fernanda da Paiva Tomás.

“Picaram-lhe as unhas com alfinetes, queimaram os peitos com cigarros, foi-lhe aplicada a tortura do sono, o que levou a que tivesse alucinações e ‘visse bichos’, e partiram-lhe um braço quando a empurraram pelas escadas”, testemunhou o filho de Idalina Maria Feliciano e a sua mulher.

Estas partilhas, entre outras, podem-se ler na brochura da exposição “Elas tiveram medo e foram”, patente no Museu do Aljube – Resistência e Liberdade, de 11 de março de 2026 a 31 de janeiro de 2027.

A exposição, com curadoria de Rita Rato, foca-se “nas experiências das mulheres presas políticas. Quem foram? Como resistiram nas prisões? Como suportaram, quem as apoiou?” e “tenta compreender melhor estas dimensões a partir das suas histórias de vida e continuar a aprofundar o conhecimento sobre este imenso património de resistência à ditadura”.

“Elas tiveram medo e foram” expõe os nomes das mulheres que resistiram à ditadura e conta com dois murais, de Mariana, a Miserável e Marta Nunes.

“O mural retrata mulheres que avançam com passo firme, de braços dados, na mesma direção. Neste gesto de união, o medo transforma-se em força coletiva. O caminho que percorrem é também metáfora da liberdade que hoje trilhamos, uma conquista tornada possível pela coragem das que resistiram e lutaram contra o fascismo”, declarou Mariana, a Miserável, ao Museu do Aljube.

“A história irá sempre contar os feitos dos ilustres, mas sabemos que em muitos acontecimentos históricos não existiram apenas por quem lembra a história. Todas estas mulheres foram parte de uma direção diferente, os livros não têm o seu nome e praticamente nada se sabe de quem foram, a sua existência prova não só a estrutura de um regime mas também a força que pode existir em desejar algo melhor, e nesse movimento individual, todas juntas com todos os outros devolver a um povo a liberdade”, afirmou Marta Nunes.

“As mulheres resistiram à ditadura em todas as frentes. Atribuir um nome a estas quase duas mil mulheres é o mínimo que podemos fazer”, escreveu Rita Rato divulgada pelo Museu do Aljube. Fazendo na brochura referência a obras e investigadores que se debruçaram sobre este tema, desejou que a exposição “seja um ponto de partida para que se estude e pesquise mais, se divulguem mais estas histórias de vida e de outras mulheres resistentes”. ●

ESTA LEI



Cumprir o DIREITO À EDUCAÇÃO

Comemorações dos 50 anos da
Constituição da República Portuguesa (1976)

sindicaliza-te

SPGL tantos anos como ABRIL

«Ainda que não houvéssemos feito mais nada desde o século XVI, erigimos este corpo de leis invulgarmente justas e certas, em nome da vontade popular. A lei democraticamente escrita pelos representantes legítimos de um povo e o rosto que esse povo levanta perante as outras nações. Resplandecente de esperança e dignidade, esta lei há-de fazer-nos maiores do que somos na adversidade e dependência, porque os homens são construídos ou destruídos pelas leis que os obrigam e abrigam. Esta é uma Constituição aventureira, projecto de vida certa deste povo para este povo. Estes são os novos mandamentos a que ater-nos durante a longa travessia até à justiça de todas as leis do mundo. Mais uma vez chegamos primeiro, acaso sem ter com quê. Mas destruir estas tábuas seria destruir algo daquilo em que sempre fomos grandes – a capacidade de inscrever o sonho realizável na memória e no assombro dos outros povos.»

Maria Velho da Costa

Março 1978, Vértice 59
Março-Abril de 1994



SPGL

Sindicato dos Professores
da Grande Lisboa
membro da FENPROF

Sede

Rua Fialho de Almeida, 3,
1070-128 Lisboa
Tel: 213819100
Fax: 213819199
spgl@spgl.pt
Direção: spgl@spgl.pt
www.spgl.pt

Direção Regional de Lisboa

Rua Fialho de Almeida, 3 - 3.º
1070-128 Lisboa
Tel: 213819100
Fax: 213819199
drlisboa@spgl.pt

Direção Regional do Oeste

Caldas da Rainha
Av. Eng.º Luís Paiva e Sousa,
4 B 2500-329
Caldas da Rainha
Tel: 262841065

Fax: 262844240
caldasrainha@spgl.pt

Torres Vedras
Bº Vila Morena, Ed. Sol
Jardim, Lj 3 - 2.º piso, Bl. 2
2560-619 Torres Vedras
Tel: 261311634
Fax: 261314906
torresvedras@spgl.pt

Direção Regional de Santarém

Abrantes
Rua S. Domingos - Ed. S.
Domingos, 3º B 2200-397
Abrantes

Tel: 241365170
Fax: 241366493
abranter@spgl.pt
Santarém
Rua Vasco da Gama,
16 J - 1.º Esq. 2000-232
Santarém
Tel: 243305790
Fax: 243333627
santarem@spgl.pt
Tomar
Av. Ângela Tamagnini,
n.º 28 r/c Esq.
2300-460 Tomar
Tel: 249316196
Fax: 249322656
tomar@spgl.pt

Torres Novas
R. Padre Diamantino
Martins, lote 4-Loja A
2350-569 Torres Novas
Tel: 249820734
Fax: 249824290
torresnovas@spgl.pt

Direção Regional de Setúbal

Setúbal
Rua Dr. Alves da Fonseca,
5 - 2.º 2900-218 Setúbal
Tel: 265228778
Fax: 265525935
setubal@spgl.pt

Barreiro
Rua Marquês de Pombal, 40
- r/c 2830-336 Barreiro
Tel: 212079395
Fax: 212079368
barreiro@spgl.pt
Almada
R. D. Álvaro Abranches da
Câmara, n.º 42A
2800-015 Almada
Tel: 212761813
Fax: 212722865
almada@spgl.pt

www.spgl.pt

